



TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

Processo Administrativo nº0008099-70.2023

Referência: Resolução CNJ 468/2022

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para o fornecimento de licenças da VMware para implantação do site backup do TRE-MS no TRT 24ª Região.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	Intervalo mínimo entre os lances
1	1	Aquisição de licença e suporte técnico do VMware vCenter Standard (Basic Support) por 36 meses.	27502	Unidade	01	R\$ 64.953,29	R\$ 64.953,29	R\$ 10,00
	2	Renovação dos direitos de atualização de versão e suporte técnico de licença vencida do VMWARE VSPHERE WITH OPERATIONS MANAGAMENT 6 ENTERPRISE PLUS - Basic Support por 36 meses - CONTRACT ID: 479917062 ou 463269040.	27502	Unidade	06	R\$ 66.339,51	R\$ 398.037,07	R\$ 10,00
	3	Aquisição de licença e suporte técnico do VMware Site Recovery Manager Enterprise para 25 VMs com suporte Basic para 36 meses.	27502	Unidade	05	R\$ 110.950,00	R\$ 554.750,00	R\$ 10,00
	4	Instalação e Configuração.	26972	Unidade	01	R\$ 46.666,67	R\$ 46.666,67	R\$ 5,00
	5	Treinamento/Repasse de conhecimento para 04 servidores.	21172	Unidade	01	R\$ 23.333,33	R\$ 23.333,33	R\$ 5,00
TOTAL							R\$ 1.087.740,36	

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 38 (trinta e oito) meses, contados da assinatura do contrato, e o prazo para início da execução será de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.4. Os itens foram agrupados em vista da necessidade de se adquirir as licenças, realizar a instalação/configuração e repasse de conhecimento pela mesma empresa.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. ITEM 1 - Aquisição de licença e suporte técnico do VMware vCenter Standard (Basic Support) por 36 meses.

Requisitos Gerais:

2.1.1. O licenciamento é por instância;

2.1.2. Atualização de versão deve ser garantida por três anos, inclusive para versões maiores (major releases), versões menores (minor releases), versões de manutenção (maintenance releases) e atualizações (updates) que forem disponibilizadas para o software, por meio de download a partir do sítio na Web;

2.1.3. Solicitar, diretamente ao fabricante, as mídias ou as autorizações para download das versões/atualizações;

2.1.4. As licenças adquiridas devem permitir a utilização de todas as funcionalidades da solução durante toda a validade do serviço de suporte técnico e atualização;

2.1.5. Deveremos ter o direito de uso perpétuo de todas as funcionalidades disponíveis na solução quando do término do contrato, mesmo aquelas às quais tenha direito de instalação, mas que ainda não estejam instaladas na nossa infraestrutura quando do encerramento do contrato.

2.1.6. Suporte Técnico:

2.1.6.1. Define-se, para este item, serviço de suporte técnico como sendo aquele efetuado mediante atendimento telefônico, ferramenta on-line e correio eletrônico, com objetivo de solucionar problemas de funcionamento e disponibilidade da solução e de esclarecer dúvidas relacionadas à instalação, configuração, uso e atualização dos produtos;

2.1.6.2. O suporte técnico deve estar disponível para abertura de chamados técnicos 8 (oito) horas por dia, 5 (cinco) dias úteis por semana, mediante sistema Web e telefone (0800 ou número local);

2.1.6.3. Deverá ser fornecido/permitido durante o período de suporte técnico a atualização contínua dos produtos licenciados – novas versões e patches de atualização;

2.1.6.4. Deverá ser fornecido/permitido durante o período de suporte técnico acesso a base de conhecimento do site do fabricante e fóruns de discussão;

2.1.6.5. Deverá ser fornecido suporte completo a todas as funcionalidades da solução de virtualização VMWARE, independentemente das funcionalidades estarem ou não descritas neste termo de referência, terem sido desmembradas na forma de outro produto ou fazerem parte de produtos que compõem o produto principal;

2.1.6.6. Caso o serviço de suporte para o produto original adquirido pela contratante tenha sido subdividido, tenha tido seu nome alterado ou esteja fora de linha, deverão ser fornecidos os serviços de suporte técnico que cubram todas as funcionalidades do produto original e seus subprodutos, cotados em conjunto com valor único;

2.1.6.7. O número de requisições de suporte deverá ser ilimitado;

2.1.6.8. Os chamados abertos até o último dia da vigência do contrato, deverão ser solucionados, sem ônus adicional para o contratante, ainda que expirado o prazo de vigência contratual;

2.1.6.9. O suporte das licenças deverá ter prazo de validade de 36 meses a partir da assinatura do contrato.

2.2. ITEM 2 - Renovação dos direitos de atualização de versão e suporte técnico de licença vencida do VMWARE VSPHERE WITH OPERATIONS MANAGAMENT 6 ENTERPRISE PLUS – Basic Support por 36 meses – CONTRACT ID: 479917062 ou 463269040.

Requisitos Gerais:

2.2.1. O licenciamento é por processador;

2.2.2. Atualização de versão deve ser garantida por três anos, inclusive para versões maiores (major releases), versões menores (minor releases), versões de manutenção (maintenance releases) e atualizações (updates) que forem disponibilizadas para o software, por meio de download a partir do sítio na Web;

2.2.3. Solicitar, diretamente ao fabricante, as mídias ou as autorizações para download das versões/atualizações;

2.2.4. As licenças adquiridas devem permitir a utilização de todas as funcionalidades da solução durante toda a validade do serviço de suporte técnico e atualização;

2.2.5. Deveremos ter o direito de uso perpétuo de todas as funcionalidades disponíveis na solução quando do término do contrato, mesmo aquelas às quais tenha direito de instalação, mas que ainda não estejam instaladas na infraestrutura quando do encerramento do contrato.

2.2.6. Suporte Técnico:

2.2.6.1. Define-se, para este item, serviço de suporte técnico como sendo aquele efetuado mediante atendimento telefônico, ferramenta on-line e correio eletrônico, com objetivo de solucionar problemas de funcionamento e disponibilidade da solução e de esclarecer dúvidas relacionadas à instalação, configuração, uso e atualização dos produtos;

2.2.6.2. O suporte técnico deve estar disponível para abertura de chamados técnicos 8 (oito) horas por dia, 5 (cinco) dias úteis por semana, mediante sistema Web e telefone (0800 ou número local);

2.2.6.3. Deverá ser fornecido/permitido durante o período de suporte técnico a atualização contínua dos produtos licenciados – novas versões e patches de atualização;

2.2.6.4. Deverá ser fornecido/permitido durante o período de suporte técnico acesso a base de conhecimento do site do fabricante e fóruns de discussão;

2.2.6.5. Deverá ser fornecido suporte completo a todas as funcionalidades da solução de virtualização VMWARE, independentemente de as funcionalidades estarem ou não descritas neste termo de referência, terem sido desmembradas na forma de outro produto ou fazerem parte de produtos que compõem o produto principal;

2.2.6.6. Caso o serviço de suporte para o produto original adquirido pela contratante tenha sido subdividido, tenha tido seu nome alterado ou esteja fora de linha, deverão ser fornecidos os serviços de suporte técnico que cubram todas as funcionalidades do produto original e seus subprodutos, cotados em conjunto com valor único;

2.2.6.7. O número de requisições de suporte deverá ser ilimitado;

2.2.6.8. Os chamados abertos até o último dia da vigência do contrato, deverão ser solucionados, sem ônus adicional para o contratante, ainda que expirado o prazo de vigência contratual;

2.2.6.9. A renovação de suporte das licenças deste item utilizará as licenças existentes no contrato 479917062 ou 463269040 e deverá ter prazo de validade de 36 meses a partir da assinatura do contrato;

2.2.6.10. Deverão ser entregues a partir da renovação, todos os produtos que sejam equivalentes a licença do VMWARE VSPHERE WITH OPERATIONS MANAGAMENT 6 ENTERPRISE PLUS, caso tenha ocorrido mudança, subdivisão ou desmembramento da licença na qual se refere este contrato;

2.3. ITEM 3 - Aquisição de licença e suporte técnico do VMware Site Recovery Manager Enterprise para 25 VMs com suporte Basic para 36 meses.

Requisitos Gerais:

2.3.1. O licenciamento é por instância;

2.3.2. Atualização de versão deve ser garantida por três anos, inclusive para versões maiores (major releases), versões menores (minor releases), versões de manutenção (maintenance releases) e atualizações (updates) que forem disponibilizadas para o software, por meio de download a partir do sítio na Web;

2.3.3. Solicitar, diretamente ao fabricante, as mídias ou as autorizações para download das versões/atualizações;

2.3.4. As licenças adquiridas devem permitir a utilização de todas as funcionalidades da solução durante toda a validade do serviço de suporte técnico e atualização;

2.3.5. Deveremos ter o direito de uso perpétuo de todas as funcionalidades disponíveis na solução quando do término do contrato, mesmo aquelas às quais tenha direito de instalação, mas que ainda não estejam instaladas na nossa infraestrutura quando do encerramento do contrato.

2.3.6. Suporte Técnico:

2.3.6.1. Define-se, para este item, serviço de suporte técnico como sendo aquele efetuado mediante atendimento telefônico, ferramenta on-line e correio eletrônico, com objetivo de solucionar problemas de funcionamento e disponibilidade da solução e de esclarecer dúvidas relacionadas à instalação, configuração, uso e atualização dos produtos;

2.3.6.1. O suporte técnico deve estar disponível para abertura de chamados técnicos 8 (oito) horas por dia, 5 (cinco) dias úteis por semana, mediante sistema Web e telefone (0800 ou número local);

2.3.6.2. Deverá ser fornecido/permitido durante o período de suporte técnico a atualização contínua dos produtos licenciados – novas versões e patches de atualização;

2.3.6.3. Deverá ser fornecido/permitido durante o período de suporte técnico acesso a base de conhecimento do site do fabricante e fóruns de discussão;

2.3.6.4. Deverá ser fornecido suporte completo a todas as funcionalidades da solução de virtualização VMWARE, independentemente das funcionalidades estarem ou não descritas neste termo de referência, terem sido desmembradas na forma de outro produto ou fazerem parte de produtos que compõem o produto principal;

2.3.6.5. Caso o serviço de suporte para o produto original adquirido pela contratante tenha sido subdividido, tenha tido seu nome alterado ou esteja fora de linha, deverão ser fornecidos os serviços de suporte técnico que cubram todas as funcionalidades do produto original e seus subprodutos, cotados em conjunto com valor único;

2.3.6.7. O número de requisições de suporte deverá ser ilimitado;

2.3.6.8. Os chamados abertos até o último dia da vigência do contrato, deverão ser solucionados, sem ônus adicional para o contratante, ainda que expirado o prazo de vigência contratual;

2.3.6.9. O suporte das licenças deverá ter prazo de validade de 36 meses a partir da assinatura do contrato.

2.4. ITEM 4 - Instalação e Configuração

2.4.1. Deverá ser feita a implantação das licenças e configuração de modo que o Site Backup fique funcional, com a replicação das aplicações e dados críticos do Datacenter Principal.

2.4.2. Deverá ser realizados todos os ajustes de software necessários para colocação de todas as funcionalidades em funcionamento.

2.5. ITEM 5 - Treinamento/Repasse de conhecimento

2.5.1. Repasse de conhecimento para 04 (quatro) servidores do TRE-MS na administração da solução.

2.6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

2.6.1. Será exigida, a comprovação da qualificação técnica OPERACIONAL do licitante primeiro colocado.

2.6.1.1. A referida comprovação consistirá em:

a) apresentação, na fase de habilitação, de Atestado de Capacidade Técnica que deverá comprovar que a empresa tenha experiência e aptidão para o fornecimento, de forma contínua ou global, de licenças e

subscrições de natureza semelhante e compatíveis aos previstos no objeto da licitação, observando-se que tal(is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) por empresa do mesmo grupo empresarial do particular:

a.1) o(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar que o LICITANTE já tenha fornecido licenças e subscrições em quantidade equivalente, no mínimo, a 01 (uma) licença para o item 01, 03 (três) licenças para o item 02 e 02 (duas) licenças para o item 03.

a.2) não serão aceitos atestados fornecidos por particular pertencente ao mesmo grupo empresarial do licitante; e,

a.3) somente serão aceitos atestados expedidos após a entrega e aceitação das licenças e subscrições.

b) Certificação VCP - VMware Certified Professional (VCDX-DCV 2023), para o item 04, que deverá ser apresentada no momento de assinatura do Contrato.

2.6.2. O LICITANTE poderá ter que apresentar, quando solicitado pelo Pregoeiro, documentação complementar para fins de comprovação da veracidade das informações contidas no(s) atestado(s) técnico(s) aduzidos no certame.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A solução permitirá a implantação de fato do site backup no TRT 24ª Região com as licenças necessárias para esse fim.

3.2. A atual demanda ordinária da contratação do serviço para Justiça Eleitoral do Mato Grosso do Sul inclui, mas não se limita, a:

3.2.1. Aumentar a disponibilidade dos serviços do Tribunal;

3.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual 2023, conforme Processo SEI 0009204-19.2022.6.12.8000 (Documento 1440787), publicado na página deste TRE/MS na internet.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de capacitação:

4.1.1. Nos termos da cláusula 2.5, a contratada deverá realizar treinamento para a equipe do Contratante.

4.2. Requisitos Legais

4.2.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 (Pesquisa de preços), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), Resolução CNJ 468/2022 e a outras legislações aplicáveis.

4.3. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.3.1. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo CONTRATANTE, que dará ciência, à CONTRATADA, de eventuais ocorrências durante a execução dos serviços.

4.3.2. Não há obrigatoriedade de realização de vistoria prévia do local de execução dos serviços.

4.4. Sustentabilidade

4.4.1. A CONTRATADA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

4.4.1.1. Os documentos e/ou relatórios deverão ser entregues, sempre que possível, por via informatizada de forma a não utilizar papel ou outro insumo semelhante;

4.4.1.2. Caso a impressão seja necessária, a contratada deve adotar práticas de impressão sustentáveis, como a utilização de papel reciclado, impressão frente e verso e a minimização do uso de tintas prejudiciais ao meio ambiente;

4.4.1.3. Este TRE, quando da redação da cláusula que estipula os horários de realização dos serviços, deu preferência por conciliar com horários de funcionamento do órgão onde a energia e demais insumos já são utilizados.

4.4.1.4. As embalagens a serem utilizadas na realização dos serviços, sempre que possível, deverá ser de material de baixo impacto ecológico.

4.4.1.5. A empresa contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

4.5. Não é admitida a sucontratação do objeto contratual.

4.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.8.1. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações do CONTRATANTE:

5.1.1. requisitar a prestação dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência;

5.1.2. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.3. encaminhar formalmente a demanda por meio e-mail, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de

Referência;

- 5.1.4. exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;
- 5.1.5. receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.6. verificar a manutenção pela CONTRATADA das condições de habilitação estabelecidas na licitação;
- 5.1.7. aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 5.1.8. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.9. comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.10. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência;
- 5.1.11. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.12. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações da CONTRATADA

- 5.2.1. Realizar a prestação do serviço decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste Termo de Referência e na minuta do Contrato.
- 5.2.2. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.3. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.4. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.5. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.6. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
- 5.2.7. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.8. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.9. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à prestação do serviço, sendo de inteira responsabilidade do contratado a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
- 5.2.10. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.11. Receber os valores que lhe forem devidos pela prestação dos serviços, na forma disposta neste Termo de Referência.
- 5.2.12. Fazer a transição contratual, quando for o caso;
- 5.2.13. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).
- 5.2.14. Dar plena ciência do disposto na Portaria Direção-geral nº 176/2023 TRE/PRE/DG/GABDG, a qual dispõe sobre os procedimentos para apuração e aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais decorrentes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.
- 5.2.15. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
 - 5.2.15.1. O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso).
- 5.2.16. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 6.1. Os serviços serão prestados no prédio-sede do TRE-MS, sito na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, nº 23, Parque dos Poderes, Campo Grande-MS.
 - 6.1.1. Sendo autorizado pela contratante a instalação e o treinamento podem ser realizados de forma on-line.
- 6.2. O PRAZO MÁXIMO para início da prestação dos serviços é de 15 (quinze) dias, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e

autorizado pela Contratante.

6.2. A transferência de conhecimento será realizada no treinamento previsto no item 05.

6.3. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.4. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.4.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

6.4.2. O modelo de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS I "a" e I "b".

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal.

7.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização

7.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), observando-se, em especial, as rotinas a seguir:

7.5.1. Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.5.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.5.3. Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.5.5. Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.6. Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6.1. Atuar tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.6.2. manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.6.3. formalizar processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.6.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.6.5. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.6.5.1. requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;

7.6.5.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da CONTRATADA.

7.6.5.3. conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

7.6.5.4. outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO

Do recebimento

8.1. Os recebimento provisório será realizado pela fiscalização (STI), no prazo de 02 (dois) dias, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

8.1.1. apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do serviço, quantidade, preços unitário e total; e

8.1.2. compatibilidade dos serviços entregues com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa.

8.2. Atendidas as condições indicadas na cláusula acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.2.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

8.3. O prazo constante na cláusula 8.1. será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.4. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços.

8.5. A fiscalização não efetuará o ateste dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

8.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.8. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

9.2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

9.3. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

9.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

9.5. Constatando-se situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

9.5.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

9.5.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.6. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. PRAZO DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será em parcela única, por item, e efetuado no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa, indicados pela CONTRATADA.

10.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

10.4. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.5. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

11.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

11.3. Será dado direito de preferência previsto na Lei Complementar n.º 123/2006 à licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha declarado seu enquadramento como tal.

11.4. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

11.4.1. Para realizar a análise dos produtos ofertados, a empresa deverá indicar em sua proposta eletrônica a marca/modelo do produto ofertado.

11.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a. CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;

b. CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

d. Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

e) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executa ou executou de forma satisfatória serviço de características semelhantes aos objetos desta licitação, nos termos da cláusula 2.6.1.1, capítulo 2 deste Termo de Referência.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado anual da contratação é de **R\$ 1.087.740,36 (um milhão, oitenta e sete mil setecentos e quarenta reais e trinta e seis centavos)**, para 36 (trinta e seis) meses, conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.

12.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre CONTRATANTE e CONTRATADA, conforme especificado na matriz de risco.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

a) Gestão/Unidade: 14112 – TRE-MS;

b) Fonte de Recursos: : 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;

c) Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0054;

d) Elemento de Despesa: Itens 1 e 2: 4490.40.05 -PLANO INTERNO INV SOFTWR; Item 2: 3390.40.07 - PLANO INTERNO TIC MANSOF e Itens 4 e 5: 3390.39.05 - TIC APOIO.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. As disposições quanto as infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo II - Termo de Contrato Administrativo.

MARCELO SILVA DE NOVAES
Integrante Demandante

ULYSSES ALMEIDA PEREIRA NETO
Integrante Técnico

SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI
Integrante Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI, Técnico Judiciário**, em 01/12/2023, às 16:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **THALLES DE SOUZA TORCHI, Chefe de Seção**, em 01/12/2023, às 16:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ULYSSES PEREIRA DE ALMEIDA NETO, Chefe de Seção**, em 01/12/2023, às 16:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1549709** e o código CRC **B2D7654E**.



0008099-70.2023.6.12.8000

1549709v9